

Ensaio

Branquitude e avaliação: Reflexões situadas sobre decolonização no campo avaliativo

Whiteness and evaluation: Situated reflections on decolonization in the evaluation field

Rogério Renato Silva^{1*} ¹Pacto Organizações Regenerativas, São Paulo, SP, Brasil

COMO CITAR: Silva, Rogério Renato. (2026). Branquitude e avaliação: Reflexões situadas sobre decolonização no campo avaliativo. *Revista Brasileira de Avaliação*, 15(2 spe), e150826. <https://doi.org/10.4322/rbaval.202600252026>

Resumo

Este ensaio discute a relação entre branquitude e avaliação a partir de uma perspectiva situada, reconhecendo o lugar do autor como homem branco no campo avaliativo brasileiro. Partindo do referencial teórico de Cida Bento, Charles Mills, Sueli Carneiro e Layla Saad, argumenta-se que a avaliação, historicamente moldada pelo pacto da branquitude e pelo contrato racial, opera em um regime de produção de conhecimento que naturaliza métodos, categorias e linguagens como universais, apagando suas raízes eurocentradas. A branquitude, sistema de poder racial que assegura privilégios, silenciosamente organiza critérios de rigor, formas de escrita e distribuição de autoridade interpretativa, afetando a forma como a própria realidade é compreendida e como os territórios, organizações e populações, especialmente as não brancas, são analisados, representados e julgados. O texto mobiliza conteúdos ético-políticos que propõem deslocamentos do saber, do poder e do ser como caminhos para reconfigurar práticas avaliativas. Revisitando artigos anteriores do autor, identifica-se uma trajetória que já anunciava tensões com o modelo avaliativo hegemônico, ainda que sem tematizar diretamente a branquitude. A partir disso, o ensaio propõe implicações concretas para avaliadores brancos: reconhecer a própria posição como variável analítica, redistribuir autoridade interpretativa, revisar categorias e indicadores racialmente anômalos, desconfiar da estética da neutralidade e produzir devolutivas que fortaleçam múltiplos atores. O ensaio conclui que não há decolonização possível sem descentrar a branquitude como referência epistêmica e metodológica e convoca avaliadores brancos a implicarem-se na transformação do campo.

Palavras-chave: Branquitude. Avaliação. Decolonização. Racialidade. Epistemologia crítica.

Abstract

This essay discusses the relationship between whiteness and evaluation from a situated perspective, acknowledging the author's position as a white man in the Brazilian evaluation field. Drawing on the theoretical frameworks of Cida Bento, Charles Mills, Sueli Carneiro, and Layla Saad, it argues that evaluation, historically shaped by the narcissistic pact of whiteness and the racial contract, operates within a knowledge-production regime that naturalizes methods, categories, and languages as universal, erasing their Eurocentric roots. Whiteness, a system of racial power that secures privileges, organizes standards of rigor, forms of writing, and the distribution of interpretive authority, silently organizes standards of rigor, modes of writing and the distribution of interpretive authority, shaping how reality itself is understood and how territories, organizations, and populations, especially non-white ones, are analyzed, represented, and judged. The text mobilizes ethical-political arguments that propose shifts in knowledge, power, and being as pathways to reconfigure evaluative practices. Revisiting the author's previous articles, it identifies a trajectory that already signaled tensions with the hegemonic evaluative model, even if it did not directly name whiteness. From this, the essay proposes concrete implications for white evaluators: recognizing one's own positionality as an analytical variable, redistributing interpretive authority, revising racially anomalous categories and indicators, distrusting the aesthetics of neutrality, and producing feedback processes that strengthen multiple actors. The essay concludes that no decolonization is possible without decentering whiteness as an epistemic and methodological reference and calls on white evaluators to become field-transforming agents.

Keywords: Whiteness. Evaluation. Decolonization. Raciality. Critical epistemology.

Rogério Renato Silva, branco, Sócio da PACTO Organizações Regenerativas, Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, Psicanalista pelo Centro de Estudos Psicanalíticos, membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Avaliação.

Recebido: Fevereiro 03, 2026

Aceito: Abril 07, 2026

Editor/a

Rayane Stephanie Gomes de Freitas

*Autor correspondente:

Rogério Renato Silva

E-mail: rogerio@pacto.site

Instituição Parceira: Parceiros do número especial



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Introdução

Escrevo este ensaio a partir de um lugar que não pode ser suavizado: sou um homem branco atuando no campo da avaliação no Brasil há mais de 20 anos. Minha trajetória profissional se desenvolveu em instituições, redes e espaços que reconheciam em mim legitimidade e competência antes mesmo que eu as demonstrasse efetivamente. Esse crédito de legitimidade é um dos efeitos mais persistentes da branquitude, um sistema de poder racial branco que, silenciosamente, define normas e assegura privilégios, infiltrando-se como pressuposto e operando no cotidiano (Bento, 2022).

Acreditando agir a partir de princípios técnicos e éticos, negligenciei o quanto meu próprio olhar estava moldado pelo que a autora, Cida Bento, denominou o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022). Somente ao longo dos últimos anos, em diálogo com colegas, movimentos sociais e autores fundamentais para a análise das múltiplas dimensões do racismo na sociedade brasileira, percebi que minha prática avaliativa carregava a marca estrutural de meu pertencimento racial. Este ensaio, portanto, nasce desta percepção.

Ele não é uma confissão ou uma tentativa de performar desconforto. Ele é o resultado de um imperativo ético: compreender como minha branquitude estrutura meus modos de interpretar, conduzir e ensinar avaliações, e mudar a partir disso. Valorizando os esforços desta Revista em prol de debates sobre as relações entre democracia, decolonialidade e participação que coloquem a prática avaliativa em exame, escrever sobre branquitude é assumir responsabilidade analítica. A decolonização das avaliações não acontecerá sem que pessoas brancas confrontem as estruturas que as beneficiam.

Além de me apoiar em referências centrais como (Cida Bento, 2022, Charles Mills, 2023, Layla Saad, 2020 e Sueli Carneiro, 2023), procuro articular reflexões originadas nos últimos anos de minha produção escrita, em artigos publicados no *Nexo Políticas Públicas*, na *Stanford Social Innovation Review Brasil*, no *Medium* e na *Revista Brasileira de Avaliação*. Muitos deles abordam temas como vigilância, cuidado, participação, racialidade e epistemologia, ainda que nem sempre mencionem o tema da branquitude. Revisito esses textos porque percebo que, mesmo sem analisar as relações entre branquitude e avaliação, o fenômeno operava em minhas formulações e incômodos, bem como demonstrava os limites da minha compreensão sobre os privilégios brancos.

Também lanço mão de insumos produzidos no seminário *Reimaginar as Avaliações*, realizado em 2025 e sistematizado em documento homônimo (Freitas et al., 2025) que traz reflexões críticas sobre universalização, extrativismo, colonialismo de dados, desigualdades de poder e a necessidade de deslocamentos no campo avaliativo. Esse material dialoga diretamente com o Manifesto Lente Preta (Santos et al., 2022), publicado nesta Revista, e que convoca a comunidade avaliativa a reconhecer que “*não há neutralidade em sociedades racializadas*”, não havendo, portanto, prática avaliativa neutra.

A pergunta que me orientou nesta produção é simples de enunciar e dura de sustentar: *o que significa avaliar sendo um homem branco em um país racialmente estruturado?* A resposta não será resolvida em um único texto, tampouco pretende ser definitiva. Ainda assim, considero necessário ensaiar caminhos para que a branquitude, enquanto posição política, epistêmica e afetiva, seja evidenciada, analisada e combatida como elemento constitutivo do campo da avaliação, nunca como traço colateral. Não deixa também de ser um convite para que outros avaliadores brancos abram-se ao exame de tema tão caro.

Neste sentido, cabe afirmar que minha posição de gênero também demarca minha prática avaliativa. As discussões sobre avaliação e gênero têm merecido atenção de atores do campo avaliativo, como apontam Bheda (2011), Faúndez (2012) e Pillow (2002) e a demanda por lentes interseccionais para analisar o racismo é de extrema importância, como aponta Saad (2020), que busca a formulação da pesquisadora e ativista negra Kimberlé Crenshaw para entender como múltiplas formas de opressão e desigualdade (raça, gênero, classe etc.) se cruzam e se reforçam, produzindo experiências que não podem ser explicadas por um único vetor de análise (Crenshaw, 1989).



Referencial teórico: Branquitude, racialidade e colonialidade na produção do conhecimento

A reflexão sobre branquitude exige revisitar autores que têm analisado, a partir de diferentes coordenadas epistêmicas, as arquiteturas do poder racial no Ocidente. Entre eles, busquei ajuda, para este ensaio, em quatro autores que têm sido importantes na minha revisão de conceitos e práticas avaliativas, como já escrevi em outros ensaios (Silva et al., 2023; Freitas & Silva, 2024a, 2024b; Silva & Freitas, 2024; Silva & Nader, 2024; Silva, 2025a, 2025b). Por isso, três autoras e um autor ocuparão papel central nas reflexões que desenvolvo: Cida Bento, Charles Mills, Sueli Carneiro e Layla Saad.

Início com a obra da pesquisadora e ativista negra Cida Bento, *O pacto da branquitude* (Bento, 2022), para quem a branquitude opera como um acordo tácito de proteção afetiva e institucional entre pessoas brancas. Para a autora, esse pacto organiza convites e portas de entrada, sistemas de reconhecimento, oportunidades profissionais e sociais, bem como formas de circulação das pessoas brancas na sociedade a partir de certos dotes simbólicos. Para a autora, tal pacto constitui num enclausuramento narcísico que protege privilégios estruturais e naturaliza exclusões. No campo da avaliação, não parece difícil perceber o modo como o pacto se manifesta: predominam avaliadores brancos em posições de maior poder simbólico, como na literatura, na academia e nas consultorias. Além disso, naturalizou-se, ao longo do Século XX, uma linguagem técnica branca, gerada em instituições europeias e norte americanas, como parâmetro de rigor.

O argumento de Cida Bento ganha camadas ainda mais profundas quando se examina a obra do filósofo negro Charles Mills. Em *O contrato racial* (Mills, 2023), o autor demonstra como a arquitetura política da modernidade é fundada em um acordo epistêmico e moral entre pessoas brancas para manter sua hegemonia. Esse contrato não opera apenas em instituições formais; ele molda categorias cognitivas, critérios de racionalidade, expectativas sobre conduta e parâmetros de universalidade. Para o autor “*parte do que significa ser construído como “branco” [implica num] modelo cognitivo que impede a auto transparência e a compreensão genuína das realidades sociais*”, propondo que “*os signatários brancos viverão em um mundo delirante, (...) uma alucinação consensual*” pg. 53. A avaliação, prática que envolve métodos, escalas, indicadores e lógicas de formação de juízo, não parece operar fora deste contrato. Quando, por exemplo, definimos critérios como universais, reproduzimos a violência do contrato racial, mesmo que não tenhamos consciência disso.

Vem da filósofa e ativista negra Sueli Carneiro um deslocamento ainda mais singular deste debate. Ao teorizar o *Dispositivo de racialidade* (Carneiro, 2023), ela demonstra que a racialidade no Brasil não é apenas ideológica, mas sim uma engrenagem estruturante que produz lugares sociais, distribui punições e reconhecimentos e organiza o que pode ser visto como legítimo. Poucas coisas são mais caras às avaliações do que criar e manejar dualidades: o que é legítimo e o que não é, o que vale a pena e o que não vale, o que merece suporte e reconhecimento e o que deve ser descartado. A autora nos ajuda a refletir sobre a razão pela qual determinados métodos (quantitativo), estilos de escrita (científico) e protocolos de validação operam como dispositivos que reforçam segregação e desigualdades.

Mas o exame criterioso do cotidiano avaliativo não poderia prescindir das contribuições de Layla Saad. Em *Eu e a supremacia branca* (Saad, 2020), a autora propõe exercícios que demonstram como a manutenção da supremacia branca depende de hábitos, reações automáticas, silêncios, defesas, racionalizações e estratégias de autoproteção. Para avaliadores brancos, bem como para qualquer sujeito que queira se aliar à luta contra o racismo, esse é um ponto crucial. Como demonstra Layla, a tendência de responder ao desconforto com mais técnica, mais distanciamento ou mais abstração é parte do mecanismo que impede o enfrentamento das assimetrias raciais no campo.

Branquitude e epistemologia avaliativa

Reconhecer a branquitude como parte constituinte da estrutura epistêmica que enquadra as avaliações significa admitir que ela organiza não apenas subjetividades, mas também critérios de validade, rigor e legitimidade no campo avaliativo. E não se trata de exagero quando afirmamos, como Mills (2023), que a branquitude define qual realidade pode ser



considerada válida, o que implica enorme violência. Em avaliação, a branquitude define o que é considerado evidência suficiente, quem é autorizado a interpretar e quais estilos argumentativos são mais profissionais e críveis.

Nos últimos anos, tanto nas consultorias que realizei, quanto nos trabalhos que publiquei, percebi pistas desse problema antes mesmo de nomeá-lo com o apoio dos teóricos citados anteriormente. Em texto mais recente, nomeado *Do controle ao cuidado: um roteiro decolonial para avaliar* (Silva, 2025a), apontei que a avaliação no Brasil opera marcada por “um imaginário de vigilância, linearidade e controle que replica hierarquias e produz distâncias”. Relendo o texto, percebo que aquilo que está definido como vigilância opera de forma racializada, dirigida aos corpos e manifestações negras e pobres, sempre objetos de controle e assujeitamento por um discurso e um poder branco portador de técnica e razão.

Em *Avaliações decoloniais no Brasil: quatro pessoas, uma conversa e muitos futuros possíveis*, (Silva, 2025b) o diálogo que mediei e que interpreto no texto demonstra que a decolonização exige “pluralizar epistemologias, redistribuir autoridade interpretativa e criar práticas de devolutiva que retornem sentido aos territórios”, propondo maneiras mais democráticas de tratar as relações de poder nas avaliações. Embora a branquitude não tenha sido ali nomeada como categoria de análise, hoje percebo que essa redistribuição de autoridade implica, necessariamente, descentralizar o olhar branco como centro analítico: outros corpos, outras histórias e outras lentes.

Outro vetor desta discussão estava em *Por que racializar o pensamento e prática da avaliação*, publicado por Rayane Freitas e por mim na SSIR Brasil (Freitas & Silva, 2024a), onde afirmamos que “a racialidade é operador histórico da vida social brasileira, estruturando de forma desigual as possibilidades de viver, morrer e **narrar**” (grifo meu). Esse texto já indicava que a avaliação não poderia continuar tratando a raça como variável secundária ou como um tema transversal que nunca aterrissa. Mas ainda assim, faltava ali explicitar que meus próprios percursos analíticos e as narrativas correspondentes estavam moldados pela branquitude.

Finalmente, no artigo *Avaliação e democracia: repensando práticas participativas, decoloniais e culturalmente sensíveis*, publicado nesta Revista (Silva et al., 2023), escrevi junto às colegas editoras, que “a participação é condição para que atores marginalizados sejam reconhecidos como coautores da realidade e coprodutores do conhecimento avaliativo”. Além de reiterar a importância da participação, reconheço agora que não há como produzir essa participação se a branquitude continuar operando como filtro que legitima métodos, técnicas e relações políticas nas avaliações.

Em síntese, o exame das relações entre branquitude e avaliação se faz fundamental porque a branquitude estrutura a epistemologia avaliativa em ao menos três níveis. Primeiro, como horizonte de universalidade, na qual a branquitude constrói seus próprios métodos e categorias como se fossem neutros e universais. Isso aparece na forma como avaliadores brancos tratam abordagens hegemônicas (como teorias de mudança clássicas, inferências causais ou indicadores de desempenho) como se fossem aplicáveis a qualquer contexto, ignorando histórias, territorialidades e modos não brancos de produzir significado.

Segundo, como mecanismo de autoridade interpretativa, onde a branquitude atribui a si mesma competência técnica antecipada. O avaliador branco é frequentemente percebido como alguém que “sabe analisar” porque guarda posições de neutralidade e está livre de paixões, enquanto pessoas negras e indígenas, quando não as mulheres, são vistas mais como fontes de informação do que como analistas legítimos. Um dos efeitos mais persistentes disso é a assimetria entre quem coleta dados e quem escreve relatórios. Mesmo em avaliações participativas, a última palavra é quase sempre branca.

Terceiro, como estética do rigor, na qual a branquitude propõe que a escrita branca e cientificista (linear, abstrata, factual, distanciada) é tratada como sinônimo de rigor, enquanto escrituras situadas, biográficas ou afetivas são vistas como menos profissionais ou anedóticas, mais ou menos como alguns classificam este ensaio; posso apostar. Esse padrão estético é uma operação de poder, porque define quais formas de discurso e qual iconografia são legítimas ou não.



Críticas a meus trabalhos anteriores: Rastros de uma reflexão necessária

Ao revisitar minha própria produção escrita dos últimos anos à luz da literatura e aprendizados acumulados, percebo que parte dos elementos que agora apresento realinhados pela categoria da branquitude já estavam insinuados em minhas análises sobre controle, cuidado, participação, prática avaliativa e desigualdades estruturais. No entanto, ali aparecem ora como falhas ou sombras, ora como intenções teóricas que ainda não encontravam a consistência e a autocrítica necessárias. Nomeá-los agora, a partir do lugar de fala explicitado, permite reorganizar o percurso e reconhecer que parte das inquietações e críticas que compartilho com colegas há muitos anos, indicavam fissuras no modelo avaliativo hegemônico branco.

Em *Do controle ao cuidado: um roteiro decolonial para avaliar* (Silva, 2025), argumentei que o campo avaliativo brasileiro era marcado por “*um imaginário organizacional que opera pela vigilância, pela racionalidade instrumental e por uma crença excessiva na previsibilidade das políticas públicas*”. Essa formulação surgia do desconforto com abordagens avaliativas utilizadas como ferramentas de disciplinamento de organizações, territórios e processos sociais. Reconheço que esse imaginário de controle é também um imaginário branco, moldado pela herança colonial que vê corpos e coletividades “não brancas” como coisas a serem dirigidas. A afirmação ajuda a evidenciar o quanto avaliadores brancos, mesmo quando bem-intencionados, podem aprisionar histórias, vivências e construções negras em análises que não as alcançam.

Em outro artigo, *Por que precisamos de políticas racializadas para a primeira infância* (Silva & Freitas, 2024), argumentamos que “*a desigualdade racial aparece de forma tão persistente e profunda no Brasil, que insistir em políticas universalistas é, na prática, reforçar desigualdades*”. O argumento ali era direto: a universalização é um mecanismo de apagamento das diferenças quando operada em sociedades racializadas. O que não mencionamos naquele momento é que a própria defesa da universalidade técnica da avaliação é um produto da branquitude. A universalidade, muitas vezes, é apenas a projeção de uma particularidade branca sobre um todo, sob o disfarce de neutralidade.

Em *Por que racializar o pensamento e prática da avaliação* (Freitas & Silva, 2024a) escrevemos que “*o campo socioambiental brasileiro só pode avançar se reconhecer que raça não é variável explicativa entre outras, mas uma matriz estrutural que organiza sentidos, oportunidades e resultados*”. Ali, a preocupação era demonstrar que políticas públicas e iniciativas sociais falham quando ignoram a racialidade. Retorno a essa ideia agora para sustentar que o mesmo vale para a avaliação: ignorar a raça enquanto dispositivo que estrutura a realidade social brasileira produz avaliações enviesadas, imprecisas e injustas porque estruturadas pelo próprio pacto racial que precisamos desmontar.

Em outro artigo publicado no Nexa, *Por que as avaliações ainda provocam tanta insegurança nas organizações?* (Freitas & Silva, 2024b), defendemos que as avaliações muitas vezes são vistas como instrumentos de ameaça justamente porque “*operam com um regime de verdade que se apresenta como neutro, mas que carrega expectativas assimétricas de julgamento*”. Percebo agora que boa parte dessa insegurança deriva do fato de que avaliações, quando conduzidas por pessoas brancas em contextos racializados, tendem a replicar uma posição hierárquica que tem efeitos concretos sobre organizações, movimentos e produções lideradas por pessoas negras. O medo da avaliação, *the valuation anxiety* (Donaldson et al., 2002) tratado na literatura internacional, é racialmente modulado.

Finalmente, em *Fortalecimento de organizações da sociedade civil no Brasil: o que é, a quem serve e apostas a fazer* (Silva & Nader, 2024), escrevemos que “*fortalecer organizações é fortalecer seus modos próprios de existir, narrar e produzir mundo*”. Tomo essa frase agora como chave para pensar branquitude e avaliação: fortalecer significa também reconhecer modos de conhecer e interpretar que escapam à gramática branca da avaliação tradicional. Quando insistimos em enquadrar realidades negras (vivências, formulações, reivindicações) dentro de lógicas avaliativas brancas, estamos enfraquecendo, e não fortalecendo, sua potência.



A partir da revisita a este conjunto de textos, reconheço que minha trajetória intelectual vinha se aproximando lentamente da discussão sobre branquitude, mas havia dificuldade de reconhecimento e nomeação, mecanismo apontado por Saad (2020), como *modus operandi* que conserva poderes simbólicos. Essa nomeação me permite agora revisitar e reorganizar argumentos e práticas frente a um horizonte mais completo, que ainda requer longa jornada em busca de transformação. Mas é fato: a avaliação não poderá ser decolonizada se a branquitude continuar sendo escamoteada, tratada como categoria panfletária sem densidade analítica ou sem implicações metodológicas.

Debate contemporâneo: A importante tarefa de reimaginar as avaliações

O seminário *Reimaginar as Avaliações*, realizado recentemente e sistematizado em Freitas et al. (2025), constitui um esforço de deslocamento na direção do que este ensaio argumenta ser necessário. Ali, avaliadores, gestores, pesquisadores e ativistas reconheceram que o campo da avaliação no Brasil precisa romper com *“a universalização abstrata de populações, o extrativismo de dados, a lógica do controle e a distância entre quem avalia e quem vive as políticas”*. Embora o seminário não tenha se concentrado na análise da branquitude como categoria estrutural ao racismo, ela estava presente em todas as críticas formuladas.

As imagens do documento (diagramas, sínteses gráficas, bloco de análise) revelam essa estrutura. Em uma das seções, lê-se que é preciso abandonar *“o fetiche pelos números”*, reconhecendo que dados não são neutros. A crítica ao fetiche quantitativo é, também, crítica à branquitude epistêmica, que transformou números em medida universal de verdade e ignorou a história racial presente em qualquer base de dados. Outra formulação sustenta que devemos abandonar *“a neutralidade que esconde desigualdades estruturais”* e adotar um *“rigor ético capaz de reconhecer histórias, memórias e feridas”*. Essa afirmação espelha diretamente aquilo que defende o Manifesto Lente Preta (Santos et al., 2022): *“não há técnica que possa ser neutra quando atravessada por sociedades violentamente racializadas”*. A contribuição do Manifesto é também fundamental ao afirmar que *“a avaliação é lugar de disputa e de produção de sentidos”*, e que, portanto, precisa ser conduzida com consciência racial.

O seminário também propôs deslocamentos importantes: do saber, do poder e do ser. O deslocamento do saber implica abandonar a suposição de que o método hegemônico branco é o melhor caminho para produzir conhecimento. Implica reconhecer que modos de conhecer, ou cosmovisões e epistemologias indígenas, quilombolas, periféricas e comunitárias são cosmovisões e epistemologias dignas de rigor e verdade. A branquitude perde força quando métodos pluriépistêmicos entram em cena, e é preciso produzir tais deslocamentos e expandir os modos de conhecer a realidade.

Já o deslocamento do poder exige redistribuir a autoridade interpretativa, tema de enorme valor político às avaliações. Como argumentei anteriormente, boa parte da avaliação brasileira opera numa lógica na qual pessoas negras e suas organizações são fontes de dados, enquanto pessoas brancas são autoras de relatórios. Há poder nessa diferença que demarca uma relação extrativista e colonial. Reimaginar avaliações implica romper com essa hierarquia e restabelecer as coordenadas que abrigam os centros do poder avaliativo.

Finalmente, o deslocamento do ser convoca avaliadores a admitirem que corpos não são neutros, eles estão inscritos em histórias e estruturas sociais, eles narram o mundo de modos diferentes porque experimentam o mundo de formas diferentes. Retorno a esse argumento agora para afirmar que meu próprio corpo branco organiza a forma como sou percebido e recebido nos territórios. Essa percepção afeta entrevistas, grupos focais, devolutivas e decisões. Não há neutralidade possível e só a consciência reflexiva pode permitir certa calibração de quem somos, de como estamos, de como interpretamos e de como afetamos a realidade a partir das avaliações.

Esses aprendizados ecoam também nos debates internacionais sobre decolonização da avaliação, como em Ramanathan et al. (2022), que argumentam que é impossível decolonizar sem redistribuir poder interpretativo e material. O que o contexto brasileiro adiciona a esse debate é precisamente o fato de que nossa matriz racial não é a mesma dos países do Norte.



Aqui, a colonialidade é também interna (Quijano, 1992). A escravidão foi também interna, e resistiu a mais de 300 anos de história essencialmente por isso. A vigilância e o racismo que conhecemos, continuam sendo internos. E é essa força de conservação do racismo e sua aliança com a colonialidade que requerem que o debate sobre decolonização seja um debate racial e interseccional. Não será possível substituir referências hegemônicas por novas referências do Sul Global sem enfrentar a branquitude como categoria analítica.

É nesse ponto que o Manifesto Lente Preta (Santos et al., 2022) se torna decisivo e precisa ser examinado pela comunidade avaliativa. Ele não apenas reivindica a centralidade do olhar negro, mas exige que avaliadores brancos reconheçam suas posições. Um trecho do manifesto afirma que *“olhar o mundo com lente preta não é apenas ver o que antes era invisível; é deslocar o centro da análise, redistribuir legitimidade e reconfigurar os termos do possível”*. Ao tomar esse trecho como guia, percebo que minha tarefa, enquanto homem branco, não é tentar imitar a lente preta, mas forcluir minha lente branca do lugar de universalidade.

O seminário ainda trouxe outra formulação fundamental: a necessidade de desconstruir o tempo da avaliação. Em suas sínteses, lê-se que é preciso *“liberar tempo e oxigênio”* para permitir que a análise seja fiel à vida e não apenas aos cronogramas contratuais. Essa formulação ecoa diretamente as inquietações expressas em *Por que as avaliações ainda provocam tanta insegurança nas organizações?* (Freitas & Silva, 2024b), quando escrevemos que *“a aceleração impede a escuta e produz diagnósticos mais alinhados às expectativas dos avaliadores do que às experiências das organizações”*. O ritmo acelerado das avaliações é também um ritmo branco, que desconsidera outros tempos comunitários.

Por fim, o seminário apontou caminhos práticos, como a criação de comitês consultivos diversos, a valorização de dados qualitativos densos, a produção de devolutivas acessíveis e a contratação de profissionais negros em posições de autoridade metodológica (Freitas et al., 2025). Esses caminhos não são complementos, mas sim uma demanda por transformações estruturantes. Eles podem favorecer a reorganização da legitimidade no campo avaliativo.

Implicações metodológicas: O que significa avaliar sendo branco

Diante desse percurso, considero que avaliar sendo um homem branco implica responsabilidades metodológicas específicas. E que isso não seja tomado como um modo de expiar culpas individuais ou de salvar o campo avaliativo, mas de práticas concretas que possam contribuir para a decolonização da avaliação. Aliás, como aponta Saad (2020), da *síndrome do branco salvador* o mundo já está cheio, e ela não nos levará a lugar algum.

Mas consigo enxergar alguns movimentos que podem agir como vetores de transformação das avaliações brancocêntricas. Primeiro, a importância de reconhecer o próprio lugar como variável metodológica. Como afirmei anteriormente, a presença de um avaliador branco não é neutra. Ela afeta coleta, escuta, análise e devolução. Ela afeta o sentido das avaliações. Reconhecer isso é parte do rigor. Como anotado em Silva (2025a), *“o posicionamento do avaliador molda a forma como o campo se abre ou se fecha para ele”*.

Segundo, a importância de questionar e redistribuir autoridade interpretativa. As avaliações precisam ser coautoria de muitos, e não propriedade de poucos. Não basta ouvir pessoas negras, mas assegurar mecanismos para que elas desenhem, escutem, interpretem, escrevam, discutam e reivindiquem o poder decisório das avaliações, o que também nos convida a pensar como remunerar quem participa das avaliações, tema frequentemente negligenciado. A questão se estende para formulação de perguntas, indicadores e critérios. Perguntas avaliativas que não consideram raça como matriz estruturante são perguntas mal formuladas. Indicadores que não desagregam dados racialmente reproduzem desigualdades. Relatórios que não nomeiam a racialidade reforçam o contrato racial, obstruem um olhar mais atento à realidade e dificultam as mudanças.



Terceiro, a importância de desconfiar da estética da neutralidade. A escrita branca não é sinônimo de rigor. Narrativas situadas, histórias densas, temporalidades não lineares e epistemologias comunitárias precisam ser reconhecidas como saber válido. E tal movimento precisa ser tomado como produção avaliativa em novas coordenadas epistemológicas, e não como a romantização da avaliação. O tema também alcança a necessidade de práticas de devolutiva mais cuidadosas, já que o tempo nos mostrou que as avaliações costumam devolver nada muito além de partes de um saber que foi expropriado. Portanto, o devolver não é a entrega de um relatório, mas um ato de restituição e de produção de sentidos. As devolutivas precisam ser desenhadas para assegurar que territórios e organizações sejam sujeitos interpretativos do próprio processo.

Finalmente, reconhecer que é preciso confrontar a branquitude como parte do método. A decolonização da avaliação não será completa enquanto a branquitude for tratada como invisível, considerada como normalidade e, por isso mesmo, naturalizada como a paisagem na qual as avaliações nascem, crescem e se reproduzem. Avaliar sendo branco exige trabalhar para que a branquitude deixe de ser norma e se torne objeto crítico de reflexão permanente.

Considerações finais: Retornar ao meu lugar, deslocá-lo e não deixá-lo intacto

Ao concluir este ensaio, retorno ao ponto de partida: meu lugar como homem branco atuando no campo da avaliação. Esse retorno não é apenas gesto retórico, mas parte constitutiva do método. Escrever sobre branquitude e avaliação exige que eu reconheça que não estou observando a partir de fora, mas de dentro da estrutura de poder que tento analisar. Não escrevo sobre outra coisa, mas sobre algo que me inclui, me beneficia e me convoca à responsabilidade.

Quando iniciei minha trajetória no campo avaliativo, não percebia o quanto minha formação, meus modos de argumentar e minhas análises estavam moldados pela branquitude, realidade na qual fui lentamente forjado e reconhecido. Parecia-me natural que certas categorias metodológicas fossem universais, que certos estilos de escrita fossem mais rigorosos, que certas abordagens avaliativas fossem mais profissionais. Hoje, vejo que essa naturalização não é apenas efeito de socialização profissional, mas produto de um dispositivo racial (Carneiro, 2023), que transforma a branquitude em padrão, medida e horizonte.

Ao me revisitar e reexaminar meus próprios textos, inclusive aqueles nos quais eu defendia práticas de cuidado, participação, pluralidade epistemológica e atenção ao território, percebo que eu caminhava em direção a uma sociedade mais justa e equânime e menos desigual, mas a lacuna de um olhar racializado, que marca a primeira longa fase de minha trajetória, deixou marcas e reduziu a potência de minhas contribuições ao campo. Essa constatação não invalida meu percurso, mas o reconfigura. Ela me convida a reconhecer que minha reflexão sobre avaliação sempre esteve incompleta enquanto não enfrentasse seu fundamento racial.

O seminário *Reimaginar as Avaliações* (Freitas et al., 2025) deve ser considerado um divisor de águas nesse processo. Ali tive a alegria de coletivamente escutar críticas estruturais à avaliação que diziam respeito diretamente à branquitude, o que me convocou a escrever este ensaio e explicitar meu esforço de reconstrução. A crítica à universalização, ao extrativismo, à neutralidade, ao tempo acelerado e à estética da objetividade é parte da crítica ao modo como avaliadores brancos, como eu, foram ensinados a operar. Como já sinalizara o Manifesto Lente Preta (Santos et al., 2022), a avaliação, para ser justa, precisa racializar seu olhar, e avaliadores brancos precisam reconhecer que fazem parte do problema antes de contribuir para a solução.

Escrever este ensaio não me dá a sensação de conclusão. Ao contrário, me coloca em movimento, me obriga a mudar práticas concretas, a fazer perguntas incômodas e a buscar coerência política e lealdade com a luta racial: quem participa das decisões metodológicas? Como as perguntas avaliativas são formuladas? Quem analisa e escreve relatórios? Quem é remunerado para interpretar? Como a devolutiva é preparada e a quem ela se destina? Quais epistemologias são reconhecidas como válidas? São perguntas como estas que precisamos nos fazer.



Mas o exercício também me obriga a um deslocamento afetivo. A avaliação, ao contrário do que tantas vezes se diz, não é apenas técnica, mas um dispositivo político em que movimentamos afetos. Ela envolve expectativas, medos, projeções, tensões e histórias. Ela atua diretamente nas relações assimétricas de poder. Retomando Saad (2020), pessoas brancas e, por isso, avaliadores brancos como eu, carregam uma gramática emocional marcada pela supremacia: a missão de controlar, o medo de errar, a defesa rápida diante de desconfortos, a crença na objetividade, o imperativo em responder e resolver, a velocidade das decisões, etc. Reconhecer os limites é parte da tarefa de reconstrução.

Ao final deste percurso, permaneço com uma convicção tão simples quanto exigente: a decolonização da avaliação não será possível sem confrontar a branquitude como importante elemento epistêmico, político e metodológico. Não basta diversidade na composição das equipes, nem abordagens participativas, muito menos boas intenções. É preciso desmontar a naturalização da branquitude como referência universal do que significa avaliar com rigor.

Termino retomando o movimento reflexivo que abre este ensaio: não escrevo sobre a branquitude para explicá-la aos outros, mas para me implicar nela. Não escrevo para salvar nada nem a ninguém, mas para compartilhar a jornada de questionamento e reconstrução em que me encontro e para a qual convido os colegas. Avaliar sendo branco requer trabalho interno e externo. Requer que eu me recuse ao conforto do universal, que eu me desloque continuamente e abra espaços a novas práticas e pessoas. Requer que eu escute genuinamente antes de interpretar e abandone a persistente fantasia de neutralidade, assumindo responsabilidade pelo mundo que produzimos quando avaliamos.

Se este ensaio puder contribuir para o debate contemporâneo sobre avaliação no Brasil, espero que seja por reconhecer que nenhuma transformação será possível se pessoas avaliadoras brancas não aceitarem esta tarefa: olhar para si mesmas como parte da estrutura que pretendem transformar. Não há decolonização sem descentralização da branquitude. Não há rigor sem posicionalidade. Não há avaliação justa e relevante sem consciência racial.

Fonte de financiamento

Não há.

Conflito de interesse

Não há.

Agradecimentos

Agradeço a meus colegas da PACTO, Milena Edwirges, Kaio Gameleira e Beatriz Mendes, e em especial a Rayane Freitas, com quem tenho vivido muitos processos de trabalho, momentos de reflexão e exercício permanente de letramento; e com quem tenho produzido pensamento, publicações e intervenções relacionadas ao combate ao racismo.

Declaração de usos de IA e/ou tecnologias assistidas por IA

Utilizei o ChatGPT 5.2 no modelo Thinking para extrair informações centrais de textos de minha autoria, para organizar uma primeira versão das referências bibliográficas no Sistema APA e para revisar a última versão do texto antes da submissão, em busca de equívocos de digitação, concordância verbal, concordância nominal e coerência das ideias. Também utilizei a ferramenta para produzir a primeira versão do resumo em português e para sua tradução, fazendo diretamente ajustes nestes dois textos.



Referências

- Bento, Cida A. (2022). O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bheda, Divya. (2011). En "gendering" evaluation: Feminist evaluation but "I am NOT a feminist!". *New Directions for Evaluation*, 131, 53-58. <https://doi.org/10.1002/ev.378>
- Carneiro, Sueli. (2023). Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar.
- Crenshaw, Kimberle. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.
- Donaldson, S. I., Gooler, L. E., & Scriven, M. (2002). Strategies for managing evaluation anxiety: Toward a psychology of program evaluation. *The American Journal of Evaluation*, 23(3), 261-273. <https://doi.org/10.1177/109821400202300303>
- Faúndez, Alejandra M. (2012). Moving toward a gender equality and human rights perspective in evaluation. *New Directions for Evaluation*, 134, 39-47. DOI: <https://doi.org/10.1002/ev.20017>
- Freitas, Rayane, Silva, Rogério, Mendes, Beatriz, Edwirges, Milena, & Gameleira, Kaio. (2025) Reimaginar as Avaliações: Síntese do seminário. São Paulo: Pacto.
- Freitas, Rayane, & Silva, Rogério. (2024a). Por que racializar o pensamento? São Paulo: Stanford Social Innovation Review - Brasil.
- Freitas, Rayane, & Silva, Rogério. (2024b) Por que as avaliações ainda provocam tanta insegurança nas organizações? São Paulo: Nexo Políticas Públicas.
- Mills, Charles W. (2023). O contrato racial (Tradução Téofilo Reis, Breno Santos). São Paulo: Zahar.
- Pillow, Wanda S. (2002). Gender matters: Feminist research in educational evaluation. *New Directions for Evaluation*, 2002(96), 9-26. <https://doi.org/10.1002/ev.63>
- Quijano, Anibal. (1992). Colonialidad y modernidad-racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20.
- Ramanathan, Nithya, Fruchterman, Jim, Fowler, Amy, & Carotti-Sha, Gabriele. (2022). Decolonize data. *Stanford Social Innovation Review*, 20(2), 59-60. <https://doi.org/10.48558/FSYC-2N32>
- Saad, Layla F. (2020). Você e a supremacia branca. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil.
- Santos, Diana Mendes dos, Valadares, Kleber, Braz, Marcia Malaquias, Oliveira, Nilson Vieira, & Tiburcio, Walquiria. (2022). Lente preta – avaliação e equidade racial: Manifesto por uma avaliação antirracista. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(1), e110222. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211002>
- Silva, Rogério, & Freitas, Rayane. (2024). Por que precisamos de políticas racializadas para a primeira infância. São Paulo: Nexo Políticas Públicas.
- Silva, Rogério. (2025a). Do controle ao cuidado: Um roteiro decolonial para avaliar. San Francisco: Medium.
- Silva, Rogério. (2025b). Avaliações decoloniais no Brasil: Quatro pessoas, uma conversa e muitos futuros possíveis. San Francisco: Medium.
- Silva, Rogério, & Nader, Lúcia. (2024). Fortalecimento de organizações da sociedade civil no Brasil: O que é, a quem serve e apostas a fazer. São Paulo: Nexo Políticas Públicas.
- Silva, Rogério, Imura, Carolina, Carneiro, Ana Maria, & Teixeira, Fernanda. (2023). Avaliação e democracia: Repensando práticas participativas, decoloniais e culturalmente sensíveis. *Revista Brasileira de Avaliação*, 12(1), e120323. <https://doi.org/10.4322/rbaval202312003>